

A DERRADEIRA ENTREVISTA DE MANUEL FERREIRA (A LOPITO FEIJÓO)

Pires Laranjeira

Centro de Literatura Portuguesa – Universidade de Coimbra

Manuel Ferreira (nasceu, em 1917, no concelho de Leiria, e faleceu, em 1992, em Lisboa) foi o fundador dos estudos literários africanos em Portugal, enquanto atividade pós-colonial (isto é, descolonizada antes das independências), pois viveu em Cabo Verde, na década de 40 do século XX, e ali contribuiu para o surgimento do movimento em torno da revista *Certeza* (1944), tendo publicado trabalhos a partir dessa vivência.

Como escritor do neorrealismo português, publicou dois livros modestos, os contos de *Grei* e o romance *A casa dos Motas* e, como escritor de Cabo Verde, os contos de *Morna*, *Morabeza* e *Terra trazida*, e os romances *Hora di bai* e *Voz de prisão*, além de seis livros de literatura infantil. O último romance foi inovador e encerrava algum experimentalismo, sem abandono da componente de engajamento sociopolítico. Ainda jovem, coordenou as páginas culturais de um jornal de Águeda. Entre tantas outras atividades, foi presidente da Associação Portuguesa de Escritores, colaborador da RTP, militar de carreira e militante antifascista. Os seus principais trabalhos de escrita, bem como a organização de uma editora e de uma revista, sobretudo depois da instauração da democracia, realizou-os na sua casa de Linda-a-Velha e, à noite, no café do bairro, onde tinha mesa cativa, graças à sua afabilidade e conceituação.

Pode dizer-se que publicou duas dúzias de livros próprios ou em coautoria, dezenas de artigos, verbetes ou prefácios, e deixou três livros por completar e editar: um sobre os crioulos africanos de base portuguesa; uma antologia de ficção africana de língua portuguesa; uma história concisa das literaturas africanas de língua portuguesa, esta praticamente pronta.

Na década de 50, Alfredo Margarido militou junto da Casa dos Estudantes do Império (em Lisboa), escrevendo textos e organizando antologias, seguindo depois o caminho do exílio, após ter sido expulso de Angola. Mas foi Manuel Ferreira – com um percurso muito diferente, vivendo também em Angola, na Índia e em Cabo Verde, como militar, formado em Farmácia e Ciências Sociais e Políticas – que fundou as primeiras disciplinas da área e coorganizou, inclusive, o primeiro Mestrado em Literaturas Brasileira e Africanas, na Universidade de Lisboa, nas décadas de 70-80. Foram seus alunos, orientandos, colaboradores e/ou amigos, por exemplo, Ana Mafalda Leite, Alberto Carvalho, Elsa Rodrigues dos Santos, Fernando J. B. Martinho e Inocência Mata.

O seu percurso transformou-o numa referência pioneira, fundadora e internacional, senão mesmo global. Para isso, contribuiu a sua atividade de professor na FLUL, tanto na licenciatura quanto na pós-graduação, orientando todo o tipo de trabalhos e aconselhando pessoas à distância, sempre solícito e fraterno, assim como a fundamental capacidade de intervenção escrita e falada, em colóquios, conferências, palestras, mesas-redondas, com textos preparados ou improvisando, um pouco por todo o país e em dezenas de outros. Certa vez, na Holanda, na primeira metade dos anos 80, deu uma conferência e ficou intrigado com o *check-up* a que o submeteram: teve de escrever sobre tudo o que fizera na vida estudantil, profissional, de escritor, ensaísta, etc., incluindo os trabalhos juvenis, a descendência, empregos, viagens, estudos, participação em organi-

zações, artigos ou meras notas em jornais locais, para avaliarem toda a sua atividade humana e intelectual. Pagaram-lhe principescamente. Nunca disse quanto ganhara, mas foi a maior quantia por uma conferência com que alguma vez poderia sonhar. Este episódio da sua vida mostra a relevância da sua figura de intelectual e professor, que somente passou a lecionar na Universidade de Lisboa após o 25 de abril de 1974, tendo-se jubilado em 1987.

Continuam incontornáveis, para os investigadores e para estudantes ou leitores em geral, sobretudo seis livros, para quem queira, enfim, uma aproximação básica e de banda larga à matéria das literaturas africanas em Português. Por um lado, a coletânea de ensaios ***O discurso no percurso africano I*** (1989), reunindo parte da sua produção ensaística (com a sua morte, nunca saiu novo volume), discutindo critérios de identidade literária, autoral, a negritude, o uso da língua portuguesa, o romance colonial ou a intertextualidade afro-brasileira. Depois, o estudo fundamental sobre a cultura e a literatura de Cabo Verde, ***A aventura crioula*** (1967), considerado, com graça, por João-Maria Vilanova, uma espécie de tese de doutoramento (o que foi considerado por muitos um Mestre, era somente licenciado), que tem sido aceite, inclusive naquele país, como livro para perceber a formação cultural do arquipélago. Duas outras publicações tornaram-se uma base para qualquer investigação bibliográfica: os dois volumes de ***Literaturas africanas de expressão portuguesa*** (1977) (que tiveram uma edição compacta no Brasil, num só volume) e ***Bibliografia das literaturas africanas de língua portuguesa*** (1983), em coautoria com Gerald Moser, da Universidade da Pensilvânia. Além desses, duas antologias reuniram um significativo acervo de poetas dos Cinco países, numa época em que não era fácil ter acesso a livros individuais: ***No reino de Caliban*** (3 vols., 1975-1986) e ***50 poetas africanos*** (1989). Estas antologias, tanto quanto os livros monográficos e de bibliografias, ou os ensaios,

apresentam-se-nos como inesgotáveis fontes de informação e de agenciamento de problemas, do mesmo modo que os ajudam a resolver – sintoma da sua notável utilidade. Mas fica a pergunta: quantos jovens investigadores e estudantes passam por eles, na atualidade?

Manuel Ferreira criou uma editora e uma revista para apoiar as pesquisas e a divulgação. Assim, a revista *África* (1978-86) proporcionou a edição de artigos, notas, resenhas, notícias ou textos literários e a reprodução de desenhos, pinturas, fotografias. A revista durou 14 números e será muito difícil voltar a repetir tal feito, até pelo seu belíssimo e custoso aspeto gráfico: uma publicação quase exclusivamente dedicada às literaturas africanas, com colaboração de dezenas de especialistas e neófitos de variadíssimos países, com notícias, notas e resenhas, abrangendo edições de livros, colóquios, palestras, artigos, traduções, criação de cadeiras ou cursos, teses, procurando a divulgação do que se ia fazendo no campo literário africano de língua portuguesa, e não só, em todo o mundo.

Entretanto, a Editora ÁFRICA (depois, ALAC) apresentou no seu catálogo a obra poética de Francisco José Tenreiro, Marcelo da Veiga e Campos Oliveira, o primeiro livro de Arménio Vieira, um de José Craveirinha, outro de Luís Carlos Patraquim, os poemas inéditos de *A renúncia impossível – negação*, de Agostinho Neto, as colaborações africanas no *Almanach de Lembranças (1854-1932)*, a obra poética e os contos de Baltasar Lopes, a dissertação de mestrado de Inocência Mata sobre a literatura são-tomense, um volume com os números da revista *Claridade*, entre tantos outros, sendo a última publicação, levada a cabo pela sua mulher (a escritora cabo-verdeana Orlanda Amarílis), após o seu falecimento, os dois volumes contendo todos os números do boletim *Mensagem* (da C. E. I., em 1996, com mais de 1.200 páginas), onde tantos jovens militantes da causa independentista se iniciaram nas Letras.

Manuel Ferreira coorganizou o Colóquio de Paris (1984), no espaço da Fundação Calouste Gulbenkian, que constituiu o primeiro grande evento científico do género, por contar com a presença, nunca mais repetida – e esta é uma evocação de homenagem –, de juntar ele próprio, Mário Pinto de Andrade, Alfredo Margarido, Russel Hamilton, Maria Aparecida Santilli, Michel Laban, Patrick Chabal, Jean-Michel Massa, Alexandre Pinheiro Torres, João Alves das Neves (todos, entretanto, falecidos), e ainda, entre outros, Fernando Mourão, Benjamin Abdala Junior, Donald Burness, Helena Riausova, Eugénio Lisboa, Fátima Mendonça, Salvato Trigo, José Carlos Venâncio, Alberto Carvalho, Fernando J. B. Martinho, Luís Kandjimbo ou Inocência Mata.

A entrevista que aqui se publica foi conduzida pelo escritor angolano J. A. S. Lopito Feijóo K., pouco antes de Manuel Ferreira falecer, e manteve-se inédita até ao momento. Na altura, Lopito Feijóo pertencia à Brigada Jovem de Literatura e ainda não publicara a obra que o tornaria um dos principais poetas da “Geração das Incertezas” (expressão-conceito que Kandjimbo cunhou), afinal uma certeza da pós-independência, mais consagrado ainda pela sua última escolha antológica, que reúne 35 anos de escrita poética: *Reuni Versos doutrinários* (2016).

Lopito Feijóo K. – *O Professor é e foi sempre uma pessoa apaixonada pela docência. Gostava de saber como é que se sente depois de se ter jubilado.*

Manuel Ferreira – Sinto-me bem! Não tive frustração, porque sabe-se que nunca fiz uma distinção muito grande entre o que ensinava na Faculdade e aquilo que ia escrevendo, porque tenho uma atividade de escrita que vem lá de trás, de há já muitos anos: ficção, antologias, coleções sobre Cabo Verde, etc. A escrita e o ensino eram

duas atividades que eu associava, que tinha como um todo. Cá fora, o que escrevia e aquilo que eu procurava, que sabia mal ou bem, era aquilo que eu procurava ensinar na Universidade.

Por outro lado, como tenho sempre imensas atividades, desmultiplico-me por várias ocupações. Se foi um corte com a Universidade, nesse aspeto que salientou muito bem, por outro lado, também ganhei tempo para fazer outras coisas dentro do mesmo domínio da divulgação e do estudo das literaturas africanas.

É verdade que também não estou desvinculado inteiramente porque continuo a orientar algumas teses de mestrado e de doutoramento de nacionais e estrangeiros, como galegos, americanos, ingleses, polacos e búlgaros. Por isso, não houve drama absolutamente nenhum. Ter trabalhado em universidades apaixonou-me, evidentemente.

Mas acredita que depois do trabalho que realizou tem continuadores?

Hoje já há muito boa gente. Quero dizer que há um número muito razoável de pessoas que tem a seu cargo o ensino das literaturas africanas nas Faculdades de Letras do nosso país (Portugal) e outros que não estão nas universidades mas sim nos liceus e, por outro lado, investigam, publicam artigos... Há um número interessante. Há uma semente.

Na verdade, quando eu saí da Faculdade, senti que havia uma semente lançada quer na universidade quer fora dela. Claro que não fui o único, outros apareceram e fizeram algo também. Mas, se pensarmos em 1974, na escala zero do ensino e da divulgação das literaturas africanas em plena liberdade, e se pensarmos em 1980, no que estava feito, vemos logo que a situação era completamente diferente e com provas dadas, em obras publicadas, em artigos, participações em congressos, como o de Paris, em 1984, e de um simpósio de que

também fui responsável, de certo modo ou quase totalmente, aqui na Fundação Gulbenkian. Variadíssimas coisas. Há uma semente lançada e eu costumo até dizer (disse-o pela primeira vez em 1986/87, na Gulbenkian, num desses colóquios que se fizeram sobre literaturas africanas) que já se pode falar de uma escola de estudos africanos de língua portuguesa.

Sei que está ligado à coordenação do Grande Dicionário das Literaturas Africanas. O que é que se propõe fazer com essa obra? E quando é que ela sairá a público?

Este dicionário devia ter sido publicado este ano e não foi possível fazê-lo. Está atrasado por culpa nossa e também por culpa dos colaboradores. São muitos os colaboradores, cerca de 70 ou 80 colaboradores portugueses, africanos e de tantos outros países espalhados pelo mundo. Todos eles estudiosos destas literaturas. Calculará, pois, as dificuldades em arrancar colaboração a toda esta gente, com as suas ocupações. Basta que entre 10 artigos falte um para o dicionário ficar preso, mas vamos levar a tarefa por diante e, neste momento, apontamos para isso... acabar de receber até ao fim deste ano a colaboração que nos falta. Dar as entradas e avançar para a produção, para sair em 1993. Chegou a altura, dado o desenvolvimento destas literaturas, nomeadamente a partir da sua própria independência, visível na produção editorial sobretudo de Angola, que vai à frente, desde logo, após a fundação da União dos Escritores Angolanos, dando um exemplo, logo no início, paradigmático, produção essa que também ultimamente tem surgido em Moçambique e Cabo Verde. Guiné-Bissau e São Tomé menos, mas fazem também alguma coisa.

Justificava-se plenamente e justifica-se que estas literaturas possam constituir-se num dicionário para dar a conhecer aos próprios e aos outros aquilo que realmente existe no domínio das literaturas

africanas de língua portuguesa. Acho que se impõe como mostruários do que são estas literaturas em todos os domínios, como os da linguística, da antropologia, da sociologia... Porque entendemos a literatura como algo que faz parte de um todo que é a cultura.

A LÍNGUA PORTUGUESA EM QUESTÃO

Como vê o problema da língua portuguesa na Galiza?

Em primeiro lugar, temos de fazer uma precisão: a língua portuguesa na Galiza ou o galego na Galiza?

Reformulando: como vê o galego na Galiza e a sua relação com a língua portuguesa?

É uma variante da língua portuguesa. A língua portuguesa não tem dono. Penso que fui um dos primeiros a dizê-lo, e hoje toda a gente o diz. É também bom sinal a língua portuguesa não ter patrão. Éramos nós o dono, o patrão, porque era aqui que a língua tinha nascido e havia uma norma estabelecida, fixa. E tudo funcionava. À medida que os portugueses se espalharam pelo mundo, tudo funcionava em função desta norma.

Nós éramos os patrões, mas, a partir de um determinado momento, uma vez que se dá o exílio e que se dá a independência dos países africanos e a língua portuguesa nestes espaços se foi diversificando, isto é, readaptando-se às necessidades de comunicação própria de acordo com as realidades nacionais, se foi renacionalizando, a partir desse momento ninguém é patrão da língua portuguesa. Todos, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Portugal, Galiza. E gostaríamos que todos, e também Timor-Leste, pertencessem a uma grande área onde não há patrão.

Então como podemos entender o entrosamento de cada um desses países nessa grande área?

Cada país representa uma variante da língua portuguesa. Há uma variante angolana, uma variante moçambicana, brasileira... Há até uma variante portuguesa e uma variante galega. Eu respondo assim desta maneira... Se terminou aí a sua preocupação eu não digo mais nada, se não terminou, eu avanço mais alguma coisa relativamente à Galiza!

Continue, por favor.

Você esteve lá. Veio de lá recentemente e sabe que o problema na Galiza não é pacífico, pois não é exatamente entendido assim por todos, como eu lhe disse. Há pelo menos três grandes linhas. O galego foi também colonizado... foi castelhanizado e durante 400, 500 anos parou, na altura em que política e administrativamente se separou de Portugal.

O galego, isto é, o galaico-português, eu diria aqui que, através da sua evolução normal, cumpriu-se e realizou-se através da sua literatura, por sinal uma grande literatura. O galego parou e foi castelhanizado, foi dominado, foi marginalizado, sofreu um processo de humilhação quase idêntico ao que sofreram as línguas nacionais nos países que foram colonizados por Portugal. Entretanto, neste processo há uma determinada consciencialização e os galegos procuram revalorizar a sua própria língua. A primeira reação é contra a castelhanização...

Mas a própria língua dos galegos não é a língua portuguesa.

A própria língua dos galegos é o galego, a língua galega. Apesar de parada, colonizada e marginalizada, é uma língua que sofreu uma determinada evolução, ligeiramente diferente da língua portuguesa.

Na verdade, estive lá e notei que eles assumem a língua portuguesa como sua.

É um erro tremendo! Primeiro um erro deles, depois um erro dizer o que o Lopito agora disse: ‘eles’. Não são ‘eles’. É um grupo pequeno dentro da Galiza. Por acaso estava-lhe a dizer que o primeiro movimento da Galiza foi contra a castelhanização. “Não queremos o xis nas palavras com ch. Não queremos aquilo... então, vamos tentar repurificar a nossa língua: o “Galego”. Este é o primeiro grande movimento!

Depois ficaram os saudosos (os velhos do Restelo na Galiza), que queriam a língua tal como estava, com as influências castelhanas e tudo o mais, e depois, entretanto, certas vanguardas aguerridas e exaltadas, onde está o nosso amigo Fontela, por quem tenho uma grande estima e o admiro pessoalmente, para mim introduzem uma nova proposta, que é: “Não queremos só descastelhanizar o galego. Queremos é aportuguesá-lo”. Dizem: “Vamos aportuguesar o galego, vamos retomar as suas raízes de há 400 anos, vamos agora tentar apanhar o comboio. Perdemos o comboio há 400 anos e vamos agora socorrer-nos do português e vamos identificar-nos porque somos uma identidade e somos iguais”.

Primeiro devo dizer, Lopito, que não concordo de maneira nenhuma! Os grandes linguistas como Pilar Vásquez Cuesta, por quem tenho uma grande admiração e de quem o Fontela é inimigo figadal... dizia que os linguistas não estão de acordo com este grupo. É um grupo que retoma a ideia do professor Rodrigues Lapa, linguista português e Homem altamente respeitado, que efetivamente, há 30 ou 40 anos, começou por defender, naquele momento da confusão, que o Galego só tinha um destino: “é português. Identifica-se com o português e escrevem como nós escrevemos”.

Agora, o Lopito, que é africano, que sabe o que é a humilhação, a repressão, a colonização e os malefícios e as suspeições de tal sistema, compreenderá que o problema deste grupo amigável e estimável era tal como se, em Angola, as pessoas pensassem: “português, norma portuguesa e vamos aportuguesar-nos, inteiramente portugueses”, porque, num momento em que a língua portuguesa sofre uma evolução em Angola, tal é *contra natura*. Tal pensamento não tem futuro. É um grupo pequeno sem futuro porque não tem expressão nacional.

Na Galiza, li numa parede: “Espanhóis fora daqui”; e, mesmo estando lá, sentia-me em Portugal.

Isso é outra coisa. Isso funciona mais largamente, mais latamente, porque é o grupo contra a castelhanização. Porque não querem a castelhanização, este grupo das “Irmandades da Fala”, e outro grupo da Pillar, são contra a castelhanização e querem a portugalização e até já arranjaram um nome para esta área grande (galaico-lusófona), porque é uma forma de revitalização do nacionalismo galego. De fato, eles querem libertar-nos deste peso enorme dos 500 anos de Castela. E realmente eles por origem, por cultura, por hábitos, por paisagem, sentem-se à vontade. Você entrou e estava na Galiza estando em Portugal ou, estando Portugal, estava na Galiza. É tudo igual, as pessoas, e tudo porque o corte foi naturalmente antinatural.

O Afonso Henriques, em vez de ter vindo para baixo e de se ter preocupado com os árabes, porque, mais tarde ou mais cedo, eram expulsos, se tem ido para cima e faz esta unidade, era uma maravilha... De facto, Portugal continuava com a Galiza e por aí fora!

Realmente fica-se com esta impressão quando se chega a Caminha, vendo-se a foz do rio Minho, sendo já do lado de lá a Espanha. A Galiza, mais concretamente. Proponho, entretanto, que mudemos de assunto, pois

lembro-me de ter visto um exemplar de uma bibliografia que o Professor havia publicado em coautoria com Gerald Moser. O que pensa hoje dessa publicação? Não pensa fazer uma atualização?

A edição não está esgotada, mas o Moser sempre se preocupou muito com isso, até porque nós acabámos o nosso trabalho em 1979 e vai até 80 e, pois como sempre, uma obra destas traz falhas, erros, defeitos e tê-los-á sempre, mesmo daqui a 200 ou 300 anos.

Ele [Moser] sempre se preocupou e está a fazer um suplemento. Eu não o pude ajudar nisso, porque tenho tanta coisa para fazer e a minha vida não deu mais. Tenho-o ajudado só em informações mas ele tem já o trabalho muito adiantado. É um suplemento.

Você deve ter sido já “atacado” pelo Moser, porque ele lança a mão a toda a gente e sei a quem ele vai bater à porta. Portanto, é uma coisa já com cerca de 200 páginas e, como disse aqui a Orlanda (Nota: trata-se de Orlanda Amarílis, esposa de M. F. e escritora cabo-verdiana), ele teve aqui um diferendo com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, que não se apercebeu da importância do trabalho e tratou-o mal inconscientemente, por inconsciência da burocracia. Ele irritou-se e resolveu arranjar um editor inglês, para mal de todos nós, e a obra vai sair em inglês. Mas os títulos vêm todos em português, por conseguinte, serão respeitados e, eu fico muito satisfeito.

A LOUCURA EDITORIAL

Outra coisa importante para quem escreve é a edição. Sei que está ligado à edição através da ALAC. Pode dizer algo sobre essa editora e sobre o trabalho que tem desenvolvido lá?

Isso é uma loucura minha, devia ter ganho juízo porque tenho os meus livros para escrever, as minhas coisas... as minhas funções

sociais, políticas, escolares e académicas, congressos, simpósios, coisas várias... e meti-me mais numa coisa dessas.

Em 1974-75, eu tinha fundado a revista *África* e verificava que havia uma certa dificuldade das nossas editoras irem publicando certos livros, por desconhecimento, por ignorância e por desinteresse. Eu sabia que havia livros que eram fundamentais e que era bom que alguém os editasse e então criei esta editorazinha com uma coleção para a História das Literaturas Africanas e outras coleções. E vou publicando realmente uns livros. Realmente são muito bons, são mesmo excecionais. 90 por cento, ou talvez até mais, nenhum editor os editaria. Tirando assim uns subsídios do Instituto Português do Livro e da Leitura, vou fazendo umas coedições com Cabo Verde. Com Angola, não resultou ainda, infelizmente. As pessoas aparecem e eu vou fazendo as coisas. Por exemplo, tenho agora aí uma coisa monumental para este ano, que ninguém faria, que é a edição do boletim *Mensagem* da Casa dos Estudantes do Império. São 36 números. Dá 1400 páginas para publicar, e ninguém tem a coleção. Não há nem uma!

Será que a obra sai até ao fim do ano?

De certeza absoluta e isso tem mesmo de ser. É um compromisso com o Instituto Português do Livro e da Leitura. Tem de ser até ao fim do ano, porque não há ninguém no mundo que a tenha. Foram 20 e tantos anos de pesquisa, indo aqui, indo ali ... roubar não! (Nota: como se disse na introdução a esta entrevista, o livro foi publicado em dois volumes, somente em 1996, sendo o derradeiro livro da chancela ferreiriana, da responsabilidade da viúva Orlanda Amarílis e do filho Sérgio Ferreira, ambos também já falecidos, com uma introdução do coorganizador deste número). Mas se eu pudesse também roubava assim como me roubam livros. Há livros que, se eu pudesse, também roubava.

Pode falar dos autores e das obras que já editou?

Editei o Baltasar Lopes. Fui buscar o *Chiquinho* para uma reedição em livro, já que estava quase esquecido e já não era editado há mais de 10, 12 ou 15 anos e hoje é um livro que vai girando e que vende-se. É engraçado!

Depois, consegui dele, teimando e com insistência vária por correspondência, que ele ou alguém lhe organizasse os contos dispersos. Publiquei-lhe também os contos *Os Trabalhos e os Dias*. Consegui na Imprensa Nacional que se editasse o *Dialeto Crioulo de Cabo Verde*. Fui eu que consegui isso. Emprestei o meu original da primeira edição.

Recentemente também publiquei a poesia dele, *Cântico da Manhã Futura*. Poesia de Oswaldo Alcântara (Baltasar Lopes). Gostaria de publicar os ensaios que estão dispersos e era bom que alguém o pudesse fazer, para completar-lhe a obra.

Depois, publiquei o Craveirinha, *Maria* (antes do prémio). Muitos anos antes do prémio. E vendia-se mal.

Refere-se ao Prémio Camões?

Sim! Dois anos depois é que ele recebeu o Prémio. Publiquei também a Orlanda Amarilís, que está agora e que estava também esquecida e de lado. Ela não tem jeito nenhum para arranjar editores nem para bater à porta de editor nenhum. Editei-lhe *A Casa dos Mestros*. Editei-lhe uma segunda edição do livro *Do Cais do Sodré Té Salamansa*.

Editei a revista *Claridade*. Nove números desde 1936, altamente significativa e dispersa – como sabe – eu tinha a coleção completa. Editei fac-similada, com um prefácio meu e um texto de um dos fundadores ainda vivos, que era o Baltasar Lopes (agora já não vive...) e o Manuel Lopes, que ainda está vivo.

Acabo de editar o Patraquim, um excelente poeta. Vamos lançar uma outra cabo-verdiana que tinha também obra muito dispersa, perdida e que vem de uma revistazinha chamada *Sêló*, que foi muito importante em Cabo Verde, a Maria Margarida Mascarenhas.

O Jorge Viegas, na altura em que eu publiquei, era um poeta mal-dito, nem eu estava muito sintonizado com a poesia dele toda, mas editei porque achava que o devia editar e corri riscos.

Pergunto então: quando teremos a edição de um grande autor angolano, de um nome histórico, ou de um novo ou novíssimo autor?

Estou à espera de poder editar *Delírios*, uma obra que toda gente cita e que ninguém conheceu, porque o único exemplar que existe no mundo está comigo e as cópias que circulam em Angola partiram de mim ingenuamente, mas não faz mal!

Eu ando e não ando também assim procurando as coisas. Ando e não ando porque eu também não tenho muitas possibilidades. Sabe que a minha editora não é econômica, é uma editora cultural; isto prejudica de vez em quando a minha própria bolsa, os livros vendem-se mal, mas, de vez em quando, há um ou outro que se vende razoavelmente.

Publiquei um jovem romancista cabo-verdiano, que é o Vasco Martins, um grande músico e compositor clássico.

Publiquei *Coração em África* do Francisco José Tenreiro, que é um livro que estava esgotado há quase 20, 30 anos. Depois, publiquei pela primeira vez a *Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, do Mário de Andrade e Francisco José Tenreiro. A *Claridade* já disse. Publiquei também um poema longo de um poeta cabo-verdiano também esgotado e que ninguém quase conhecia. É muito importante e há uma colaboração importante, uma edição importante que é o *Canto do Ossobó*, do Marcelo da Veiga. A partir do espólio que ele deixou à

família, que veio ter comigo, andei dois anos a estudar aquilo. Organizei um livro de 300 páginas. É um homem são-tomense que também foi preso e o problema da negritude que aparece nos anos 30 e tal, 40, com Francisco José Tenreiro, recua 30 anos, para 1918/19, para *O Canto do Ossobó*, do Marcelo da Veiga. É aí quando se dão as primeiras manifestações da negritude em língua portuguesa e é com um poeta de São Tomé e Príncipe.

Publiquei *O Escravo*, do José Evaristo d'Almeida. Um romance do século XIX de que só existia um exemplar nas mãos lá da família e eu tinha conseguido isso já há 20 anos e publiquei. São coisas deste género que eu publico.

O *Almanaque de Lembranças* é uma outra publicação em que eu tenho muita honra. Eu pedi ao Gerald Moser um levantamento a partir do *Almanaque de Lembranças* de 1851-52 até 1932, toda a colaboração africana. Toda a colaboração africana que existe do século XIX vai sair este ano num volume de 400 páginas, prefaciado pelo Moser. Como vê, as coisas que eu edito são deste teor.

Indo concretamente à sua pergunta, direi que eu ia editar o *Quem Me Dera Ser Onda*, para provar que não é uma editora económica e houve aí uma editora portuguesa – que é a Cotovia – que gostaria tanto de publicar o *Quem Me Dera Ser Onda* e já tinha falado com o Manuel Rui. Então eu pedi-lhe um tempo para pensar, fomos almoçar e eu resolvi entregar-lhe o original. Este é um livro seguro comercialmente. É um livro seguro, mas o que me interessa é que o livro na Cotovia fique melhor.

Você perguntou, quando um autor angolano? Quando? Não sei, mas talvez não seja necessário, porque Angola foi pioneira e, ao contrário do que alguns têm dito – é como eu digo – o processo editorial angolano foi exemplar, desde 1975 foi modelar, foi um exemplo excecional para os outros cinco países africanos de língua portuguesa e, só à mercê de ter um presidente nessa altura, que foi um escritor

e haver um grande prestígio à volta da literatura e depois com uma série de escritores como o Luandino, Costa Andrade, António Cardoso, Manuel Rui, Arnaldo Santos, Jorge Macedo e toda essa gente por aí fora... foi possível que Angola conseguisse quotas especiais para o seu processo editorial. Haverá, certamente, coisas de menos importância, mas isso em Portugal também há. Também se editam coisas que não prestam para se valorizar as coisas boas, ao contrário do que alguns tipos ditos angolanos escrevem aqui na imprensa portuguesa e que até agora ninguém os contraria.

Tem outros projetos?

Tenho uma *História das Literaturas Africanas*. Uma coisa que tem cerca de 1.000 páginas. Altamente ambiciosa para a minha didática e periodização. Vai buscar coisas dos séculos XVI e XVII. Vai buscar o Cadornega e outros.

Tenho também um estudo sobre os crioulos africanos de base, de Cabo Verde, que tem aí umas 300 páginas. Depois preciso de trabalhar e ver melhor os crioulos de São Tomé e Guiné-Bissau.

Tenho o *Grande Dicionário das Literaturas Africanas*, que me dá muitíssimo trabalho e que é também uma coisa minha, digamos minha ou orientada por mim. Isso leva muito trabalho e tenho enfim muitos outros projetos.

Eu queria... e tenho ainda de editar em Portugal uma *Antologia da Ficção Africana*. Fiz a da poesia e queria fazer a da ficção africana, mas, no fundo, gostaria de voltar a fazer ficção. Voltar ao meu estatuto de romancista!

Ia perguntar-lhe se a ficção ficou remetida ao esquecimento, na sua produção, mas já me respondeu.

Nunca! Jamais me esquecerei da ficção!

SOBRE AS NOVAS GERAÇÕES NOS CINCO

Que opinião tem acerca das novas gerações de escritores dos países africanos?

Tenho uma excelente impressão das novas gerações. Há uma mudança de paradigma, em Angola concretamente na poesia. Em Cabo Verde e Moçambique... sobretudo na ficção. Há uma mudança. É uma nova época. É curioso que a nova geração em Moçambique revelou-se mais na ficção e vocês, em Angola, foi mais na poesia, mas, lá vai, depois termina tudo por se igualar.

É uma mudança, quero dizer, de fato há uma nova geração. Os problemas da reconstrução nacional, da libertação nacional e a guerra... e foi bom que isso tivesse sido cantado, pois são valores, mesmo com o que dizem agora alguns jovens. Foi bom e necessário que este registo poético se tivesse feito. Você é um sintoma. É um dos casos que, apesar de tudo, tem ligações com as raízes míticas, raízes religiosas. Tem ligações com o passado. Que até se identifica, de certa maneira, embora longinquamente, com as raízes da *Mensagem*, mas, por outro lado, estes temas que eram centrais na produção poética de 1974-75, e por aí adiante, esvaziaram-se. A vossa juventude também se cansou de esperar e daí que tem uma nova experiência da frustração e um certo desencanto, uma esperança diluída, uma necessidade de mudança, uma guerra muito longa. Tudo isso!

Para além dos valores que uma nova geração sempre traz, houve mais estas circunstâncias específicas em Angola e inclusive na linguagem também. O problema da língua é importante. Enquanto que as gerações anteriores à vossa dos anos 80 tinham como preocupação se assenhorar, se apropriar da língua como que renacionalizá-la, dar-lhes uma tónica verdadeiramente nacional... era uma forma também de estar contra, era uma forma de procurar a diferenciação em rela-

ção ao outro, ao colonizador, vocês (todos) assumiram agora a língua portuguesa como vossa própria língua. Angolanos, cabo-verdianos, moçambicanos, guineenses e são-tomenses. Então esta preocupação de renacionalização é tímida e há um trabalho metalinguístico que é feito sobre a própria língua, independentemente dessa preocupação de que “precisamos de encontrar a diferença em relação ao colonizador”. É uma geração rica e vai dar coisas muito importantes.

UMA OPINIÃO SOBRE OS HISTÓRICOS

Morreram Baltasar Lopes, Mário António, Mário Pinto de Andrade, Fonseca Amaral, António Jacinto e também o Carlos Ervedosa. Todos desapareceram num muito curto lapso de tempo. São nomes importantes da História das nossas literaturas que se vão paulatinamente “apagando”. Gostaria de ouvi-lo falar sobre eles.

São figuras muito importantes. Desempenharam todos um papel muito significativo; entretanto, falarei – involuntariamente – mais de uns do que de outros e as vítimas perdoar-me-ão. Digo-lhe já que talvez um dia eu não saiba perdoar. Pronto!

Sobre Baltasar Lopes, já não falo, pois disse já que editei quase toda a sua obra. Direi somente que é um mestre de todos nós. Foi o autor do primeiro texto de ficção enquadrado na moderna literatura cabo-verdiana. Com ele, a literatura cabo-verdiana variou na expressão e amplitude significativa. Foi realmente um Mestre!...

Sobre a importância do escritor Fonseca Amaral, Eugénio Lisboa e o próprio Rui Knopfli acentuaram e bem, no *Jornal de Letras*, esse fato e eles conheceram o Fonseca Amaral melhor do que eu. Eu acompanhei o Fonseca Amaral, sobretudo a partir dos anos 60, até para a antologia que publiquei. Foi uma figura importante e eles tomam-no como exemplo. Foi um dos pioneiros, teve muita influência na criação de uma nova poética moçambicana.

Sobre o Carlos Ervedosa, direi que tínhamos uma ligação muito estreita. Eu considero-o uma figura importante neste mundo da cultura, da literatura angolana e sobretudo o papel excepcional que ele desempenhou na Casa dos Estudantes do Império, nos primeiros anos da década de 60, de parceria com o Costa Andrade. É ele o responsável pelos números da *Mensagem* que se publicaram nessa altura, em que ele mesmo foi diretor. Foi um dos criadores, com o Costa Andrade, da coleção dos “autores ultramarinos”. Uma coisa que as pessoas conhecem muito mal, mas que é preciso que conheçam e talvez venham a conhecer.

Foi ele o homem responsável pela primeira antologia de poesia angolana também editada aqui em Portugal no âmbito da Casa dos Estudantes do Império e, agora, publicou este livro que é um documento excepcional... *Era no Tempo das Acácias Floridas*. É uma perda de fato importante para este universo, para este percurso africano, sobretudo angolano, desde os anos 50 até à libertação do país.

Ele, depois, durante muito tempo, esteve também à frente da página cultural do jornal *A Província de Angola*, durante vários anos, num regime de censura, e eu sei isso porque colaborei nessa página. No meio de toda aquela aflição e de suspeição, ele aguentou aquela página semanal ou quinzenal (já não me recordo muito bem), com colaboração de muita gente. Até portugueses e tipos que estavam lá fora, como o Pepetela, mandavam textos e, independentemente de alguns sujeitos assim de menor importância, aquela página foi um repositório e aquilo custou-lhe muito. Eu sei que custou muito porque você calcula que tinha avisos da censura. Da polícia.

O que foi que o levou à morte? Conversou com ele nos últimos dias?

Foi uma leucemia. Portanto, exigia um tratamento muito importante e ele parece que se sujeitava a este tratamento já há muitos anos.

Ele vivia já sob o pavor da morte. Nós falávamos muitas vezes ao telefone e ele referia-se a isso.

Eu fiquei muito feliz e hoje mais ainda – não pela morte dele! – por ter sido possível editar-lhe um livro que ninguém quis editar. As grandes editoras onde ele foi bater à porta não lhe quiseram editar e eu, sem ter possibilidades, a certa altura disse-lhe: “– Vamos editar o teu livro, vamos tentar editar o teu livro”. Eu fiquei muito satisfeito porque ele já dizia: “– Eu ainda morro... e o livro já está há um ano e tal na tipografia. Um dia morro sem ver o livro”.

Foi de fato uma figura. É pena porque ele era ainda muito novo. Se tivesse saúde, podia ainda fazer muita coisa. Ele sofreu também muito; aliás, assim o refere no livro. Ele voltou e quis voltar para Angola. Tentou fazer a sua reintegração porque ele era um angolano de raiz e de coração e sofreu muito naquele período conturbado de 1974/75. Mal aceite. Mal entendido. Gente nova. Gente diferente e, por fim, veio-se embora para Portugal, triste, desconsolado, frustrado, continuando a ser um homem de esquerda.

A morte do Mário de Andrade realmente constituiu uma grande perda; ele é de fato um precursor, é um homem muito importante. Dominou muitos aspetos da literatura e da cultura angolana e africana em geral. Foi um combatente, um homem de apreço, irreprensível, independentemente de discordâncias que tenha havido entre ele e outros companheiros que foram companheiros de luta aqui em Lisboa, em Dakar, Argel, Paris e outros pontos. É figura de fato respeitável e deixou uma obra que podia ter sido maior, mas é importante o que ele deixou. Está toda ela dispersa.

Sobre o Mário António, há dois aspetos que eu gostaria de abordar porque agora há já uma tendência para o desculparem totalmente, todos nós somos assim. Nós somos assim e vocês, os africanos, ainda mais do que nós e talvez ainda bem! De qualquer forma, há dois aspetos. Um, é a qualidade literária da sua personalidade poética, que é

excelente. Como investigador, é um homem que começou por trilhar e abrir caminhos em relação ao século XIX, que ainda ninguém tinha aberto e há que passar por ele para ver se estamos de acordo ou desacordo. Temos que passar por ele. Há muita coisa, de fato, que ele fez e que é fundamental. Isso é indiscutível.

Há outro aspeto. Se você quer que eu também fale do cidadão e do homem, se me obriga a isso... morreu há tão pouco tempo e é um bocado doloroso, mas são duas coisas distintas. O Mário António é um jovem que apareceu como um homem de esquerda, ligado até à fundação do partido comunista angolano. Depois, na altura dos julgamentos, é que dá uma viragem e, depois, é trazido para Portugal e aqui fez um percurso da sua vida ligado culturalmente e intelectualmente à direita e aos homens do fascismo. É um homem que participou inclusive da mesa redonda, em 1965, na rádio-televisão, contra o Luandino, juntamente com o Amândio César, o Geraldo Bessa Victor e outros. Todo o seu processo de atuação, mesmo depois do 25 de Abril, foi o de um homem de direita-centro-direita, quero dizer, não houve uma espécie de reatualização ideológica, como no caso de um Francisco José Tenreiro.

Esta postura que ele tinha como cidadão, tinha-a como funcionário da Gulbenkian e inclusive numa página literária em que ele colaborava, a página literária do *Diário de Notícias*. A gente lê os comentários dele e são sempre comentários em que ele favorece e privilegia homens do regime. Escritores do regime.

Mais ou menos quando?

Eu vou dizer-lhe, correndo todos os riscos de não ser correto do ponto de vista temporal, cronológico. Anos 60 até 1974!

Prossiga, por favor.

São, portanto, dois aspetos que se tem que distinguir claramente: o homem, o cidadão, o homem interveniente e responsável, e o escritor. O escritor é de excelente qualidade, embora as pessoas não lhe perdoam. O próprio Mário Pinto de Andrade não lhe perdoava e todos nós não lhe perdoávamos. Isso pode ser muito diluído, pode ser visto de outra forma. O fato de ele ter deixado de privilegiar uma temática genuinamente angolana para privilegiar uma temática europeia, na sua visão europeia das coisas.

Numa altura em que era sagrado e ponto de honra para o escritor angolano ter como ponto de partida a realidade da sua própria terra, que era uma forma de intervenção nessa altura, o Mário António podia-se dar ao prazer de esquecer essa realidade, esse mundo em efervescência e em luta, para falar de aspetos da vida das personalidades históricas portuguesa, etc.

Hoje, vocês não podem entender isso, mas, naquela altura, desde a década de 50, que se começou a pedir... e todos – escritores, poetas, romancistas, ensaístas e pintores –, queriam participar na totalidade da sua libertação. Participar na totalidade da sua libertação era ter como ponto de honra a temática angolana e quem não o fizesse era tido como uma espécie de traidor. Era tal como se um combatente de arma na mão largasse a espingarda e desertasse. Era tido como um desertor.

Por isso, nós outros, da minha geração, não podíamos aceitar, entender e admirar o Mário António. Ainda por cima, ele passou a editar os seus livros nas editoras oficiais e sei que nunca penetrou no mercado português, nunca teve uma editora de prestígio a editá-lo porque ou era a Agência Geral do Ultramar ou era a editora PAX que vendia os livros e, depois, os organismos oficiosos compravam os livros todos.

Os fascistas daquele tempo ou alguns para-fascistas ou alguns que nem eram fascistas, eram homens que estavam no regime, eram os que editavam os livros através dessas editoras e é esse o universo onde o Mário António se moveu como escritor, como intelectual. Ele foi um homem que se automarginalizou. Ele, na realidade, não tem que se queixar contra ninguém e o que é muito interessante e o que é justo é continuar a reconhecer o seu valor e o seu mérito literário e não tenho nada contra ele. Inclusive, numa das teses de mestrado que eu orientei, fui à Universidade Nova convidá-lo para ele participar do júri e foi ele o arguente da tese. São coisas diferentes. Sempre consegui fazer isto.

Eu fiz parte do júri da tese de Doutoramento dele e propus e aceitei a classificação que os outros lhe deram, simplesmente (hoje talvez posso dizer), fiz uma observação de que a tese não merecia aquela classificação, mas, atendendo à obra do Mário António e ao papel histórico que ele tinha desempenhado... eu aceitava, mas que isso ficasse consignado na ata. A tese é importante, dá muitas informações, mas é uma tese com profundas debilidades de estrutura, de organização. Agora, por exemplo, o *Reler África*, já é um livro que adquire outra dimensão. Dá a dimensão cultural e intelectual do Mário António e, neste aspeto, deve-se ter respeito por ele.

Os textos do Reler África foram escolhidos?

Penso que chegaram a ser escolhidos por ele ou... creio que foi o Heitor. O próprio Heitor Teixeira, da Universidade Nova, um grande amigo dele, que é um homem por quem toda a gente tem de ter respeito.

Você falou-me também noutro autor: o António Jacinto. Sobre isso, só tenho a dizer que já anunciei a publicação de uma longa entre-

vista dele, que servirá de introdução ao volume da *Mensagem* que vou editar. Aí, uma vez mais, ressaltará a sua importância e a sua verdadeira dimensão.

[Lisboa/Luanda, março de 1992]

